

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

CÂMARA MUNICIPAL

2018/04/19

**ATA NÚMERO 14/2017-21 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAROUCA DE 19 DE ABRIL DE 2018**

Aos dezanove dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, nesta cidade de Tarouca, edifício dos Paços do Município, Salão Nobre das Reuniões, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, Valdemar de Carvalho Pereira, com a assistência da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, Luísa Maria de Sousa Teixeira Ramos e a presença dos Senhores Vereadores Afonso Manuel Batista Dias, José Damião Lopes Guedes de Melo, Susana Cristina Dias Pereira e José Bruno Gouveia Cardoso, teve lugar a décima quarta reunião desta Câmara Municipal, no mandato autárquico de dois mil e dezassete - dois mil e vinte e um.

O **Senhor Presidente da Câmara** declarou aberta a reunião pelas dez horas.

**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR**

Passou-se de imediato à apreciação da minuta da ata número treze da reunião desta Câmara Municipal de cinco de abril corrente, a qual foi aprovada por unanimidade sem alterações.

Passou-se de seguida ao

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

O **Senhor Presidente da Câmara Municipal** propôs a aprovação de um voto de apreço e de reconhecimento pelo excelente trabalho desempenhado à frente do corpo dos bombeiros voluntários de Tarouca pelo Sr. Comandante Humberto Sarmento, funções que cessou no passado dia 31 de março, por motivo de ter sido designado para o cargo de 2º Comandante Operacional Distrital de Viseu, congratulando-se por essa nomeação e desejando-lhe as maiores felicidades no exercício das suas novas funções.

Foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal e dar conhecimento do teor da presente deliberação ao Senhor Dr. Humberto Sarmento.

O **Senhor Presidente da Câmara** informou o Executivo que, no domínio da ação social, está a ser efetuado o levantamento e acompanhamento das pessoas que vivem isoladas no concelho, tendo em vista o apoio às situações detetadas que sejam menos boas. Salientou a importância deste trabalho uma vez que as aldeias estão cada vez mais vazias.

Foi tomado conhecimento.

O **Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias** solicitou as seguintes informações:

1º ponto de situação sobre a limpeza das matas e eventuais dificuldades;

2º se está prevista, por ser necessária, a limpeza da "Estrada Nacional 329", onde caiu muita madeira e lenha e cujas bermas estão atulhadas de lenha.

O **Senhor Vereador José Bruno Gouveia Cardoso** apresentou as seguintes sugestões/pedidos de informação:

1º No seguimento das palavras do Senhor Presidente da Câmara sobre o novo trabalho feito pelo Município na área da ação social, lançou o desafio de o funcionamento da unidade móvel de saúde ser repensado e de o seu trabalho ser articulado com o Centro de Saúde de Tarouca;

2º Colocação de um caixote de lixo no lugar da Padiola, em Tarouca, porque há muito lixo à volta do fontanário;

3º Existindo um movimento de pais e encarregados e educação, do qual certamente já têm conhecimento, qual é a posição da Câmara Municipal sobre o funcionamento do Jardim de Infância do Castanheiro do Ouro no próximo ano letivo, nomeadamente, se tem intenção de o encerrar.

O **Senhor Presidente da Câmara**, em resposta ao Senhor Vereador José Bruno Gouveia Cardoso informou o seguinte:

- Funcionamento do Jardim de Infância do Castanheiro do Ouro: é uma decisão que deve ser pensada, não pode ser tomada de ânimo leve, nem com base em interesses de outros movimentos. Entende que, se existirem salas disponíveis no Centro Escolar, onde são oferecidas muitas atividades e valências às crianças, aquele estabelecimento deve ser encerrado. No entanto, se o número de crianças for suficiente para que continue aberto assim se manterá.

Deu um exemplo de uma mãe que recebeu na Câmara Municipal e que lhe disse o porquê de as crianças não virem para Tarouca, parecendo-lhe que os pais querem que os filhos venham para o Centro Escolar, até porque se adaptam logo ao espaço onde vão ficar no 1º ciclo.

Lembrou que as escolas fecharam não foi por acaso: por um lado para rentabilizar o espaço e depois para que as crianças convivam mais, não se justificando que o ano passado tenham ficado sete salas fechadas no Centro Escolar. Disse que já falou com o Senhor Diretor do Agrupamento e os pais têm de ser informados das razões dessa eventual decisão. O assunto será tratado de modo sério, concertado com as pessoas e certamente se encontrará a melhor solução, lembrando o que sucedeu com o encerramento da creche. Concluiu dizendo que o transporte escolar está assegurado, por isso não será um constrangimento.

O **Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo** prestou as seguintes informações/esclarecimentos:

1º Felicitou a Sociedade Filarmónica de Tarouca pela realização do evento cultural "Missa Brevis", em S. João de Tarouca, Salzedas e, por fim, em Tarouca.

2º Felicitou a Associação de S. João de Tarouca pela inauguração, na passada semana, da "Rotas dos Moinhos de Cister".

3º Ontem, foi o Dia dos Monumentos, que será assinalado no próximo sábado, em S. João de Tarouca, em parceria com o Museu de Lamego e o projeto Vale Varosa, com a apresentação



## MUNICÍPIO DE TAROUCA

CÂMARA MUNICIPAL

2018/04/19

de um conjunto de peças que encontradas durante as escavações arqueológicas;

4º Informou que, esta semana, decorreu a reunião da Comissão Municipal de Defesa da Floresta, no seu núcleo restrito, onde foi tomado conhecimento que o Município não pode apresentar candidaturas para criação de equipas de sapadores florestais.

Manifestou o seu descontentamento por, ontem, ter sido publicada pelo Instituto da Conservação e da Natureza a criação de uma brigada de sapadores destinada à Comunidade Intermunicipal do Douro, não compreendendo como é que o Governo entende que é possível fazer prevenção dos fogos em dezanove concelhos, apenas com estes meios.

Informou que ainda não recebeu resposta à candidatura para criação da rede secundária e de mosaicos, sendo que pessoalmente não acredita que venha a ser decidida favoravelmente, uma vez que as verbas disponíveis para todo o país (cerca de dezanove milhões) não cobrem os valores candidatados só pelos concelhos da CIMDouro.

Lembrou que, na área da prevenção dos fogos, Tarouca tem dado o exemplo e ganhou uma tarefa difícil de 2017 ter sido um ano sem fogos florestais.

Informou também que, neste momento, está no terreno uma equipa multidisciplinar, composta por elementos da GNR e técnicos da Autarquia; a GNR levanta o auto; o técnico municipal identifica o espaço e é avisado o proprietário antes de o auto avançar.

Salientou que o tempo está a aquecer e já há incêndios, em parte porque as pessoas continuam a queimar, tendo informando que ontem já houve 115 ocorrências de fogos florestais.

Por fim, disse que no próximo fim de semana será divulgado um aviso pelos Senhores Padres, informando que a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia dispõem de um ficheiro com os terrenos que necessitam de limpeza e que pode ser consultado por todos os interessados.

O mesmo **Senhor Vereador**, em resposta ao Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias, informou que os terrenos junto à EN 329 são privados; que a GNR fez um levantamento dos proprietários para posterior notificação; e a Câmara Municipal, aquando da calamidade do gelo, colocou uma equipa a limpar o que estava nos caminhos e estradas.

O mesmo **Senhor Vereador**, em resposta ao Senhor Vereador José Bruno Gouveia Cardoso, informou que já existiu um caixote do lixo junto ao fontanário do lugar da Padiola, que, infelizmente, desapareceu, e que o problema naquele local são os resíduos provenientes das várias descargas ilegais que ali fazem, os quais têm sido retirados por esta autarquia.

Informou ainda, uma vez que a reabilitação daquele espaço está prevista para breve, será lá colocado um caixote do lixo, esperando que não desapareça.

O **Senhor Vereador José Bruno Gouveia Cardoso** perguntou se os autos levantados pela GNR, aquando das ações de fiscalização da limpeza das matas, dão origem a penalização.

O **Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo** informou que os autos de notícia são remetidos à Câmara Municipal, que notifica os proprietários para procederem à limpeza dos terrenos, e que, a partir de junho próximo, se nada for feito, o auto de notícia avança.

O **Senhor Presidente da Câmara** informou que os beneficiários do Rendimento Social de Inserção ajudarão na limpeza das matas, estando previsto o início, no concelho de Tarouca, destas ações a partir de segunda-feira próxima.

Convidou ainda os Senhores Vereadores a estarem presentes num jantar com cerca de trinta empresários suíços, no próximo dia vinte e quatro de abril à noite, na Casa do Paço, salientando que gostaria que todos estivessem presentes.

Informou que esta comitiva visitará Tarouca naquele dia, seguindo depois para outros concelhos do Douro Sul.

De seguida, informou os Senhores Vereadores que irão receber o convite para a inauguração do Monumento aos Combatentes no Ultramar, no dia vinte e nove de abril próximo, pelas onze horas.

Foi tomado conhecimento.

Terminado o período de antes da ordem do dia, o **Senhor Presidente da Câmara** deu início à discussão da seguinte

#### **ORDEM DO DIA**

**PONTO 1-** Apreciação do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação relativo ao ano de 2017

**PONTO 2** - Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas referentes ao ano de 2017, acompanhados da certificação legal de contas e do parecer sobre as mesmas, apresentados pela Sociedade de revisores oficiais de contas "BDO & Associados, SROC, Lda."

**PONTO 3** - 1º relatório semestral sobre a execução do Plano de saneamento ajustado - empréstimo destinado a saneamento financeiro no montante de € 5.136.622,73, contratado em 24.04.2017

**PONTO 4** - Autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação - informação respeitante ao período de 10.02.2018 A 16.04.2018

**PONTO 5** - Nomeação da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas "BDO & Associados, Sociedade de Revisores de e Contas, Lda", como auditora externa responsável pela certificação legal de contas

**PONTO 6** - Empreitada de "Construção do parque ribeirinho de Tarouca e de regeneração da zona ribeirinha de Ucanha, no



**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

2018/04/19

âmbito dos Planos de Ação de Regeneração Urbana (PARU) -  
Proposta de abertura de concurso público

**PONTO 7** - Isenção de taxas ao abrigo dos artigos 5º e 6º do Regulamento de Taxas Municipais, com tubos subterrâneos de condução de água para rega e outras similares - proposta de deliberação

**PONTO 8** - Ocupação do espaço público com tubo subterrâneo de condução de água de rega - proposta de deliberação

**PONTO 9** - Atribuição do prémio Dr. José Leite de Vasconcelos - Lista dos melhores alunos de 2016 /2017

**PONTO 10** - Apoios em materiais concedidos a entidades e organismos legalmente existentes, com vista à prossecução de obras de interesse municipal, bem como às freguesias

**PONTO 11** - Apoios concedidos para atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesses para o Município

**PONTO 12** - Resumo diário da tesouraria

**PONTO 13** - Queima das Fitas 2018- Novos Fitados de Ciências da Comunicação- Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra- Pedido de patrocínio

**PONTO 14** - Queima das Fitas 2018- Carro das Licenciaturas de Multimédia, Design de Comunicação, Gestão de Recursos Humanos, Comunicação Empresarial, Informática e Jornalismo do Instituto Superior Miguel Torga em Coimbra- Pedido de patrocínio

**PONTO 1- APRECIACÃO DO INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPECTIVA AVALIAÇÃO RELATIVO AO ANO DE 2017**

Presente o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município e respetiva avaliação, até trinta e um de dezembro de dois mil e dezassete, elaborado de acordo com o POCAL, para efeitos de aprovação no uso da competência fixada na alínea i) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº75/2013, de 12.09.

Verificou-se que integram o inventário os seguintes documentos:

a) fichas patrimoniais referentes a partes de capital, bens imóveis, equipamento básico, equipamento de transporte, ferramentas e utensílios, equipamento administrativo, outro imobilizado corpóreo e despesas de investigação e desenvolvimento (classe quatro do POCAL);

b) relatório das existências em armazém (três), correspondente à classe três do POCAL;

c) mapas das alterações patrimoniais, no valor total de € 468.140,14 (quatrocentos e sessenta e oito mil e cento e quarenta euros e catorze cêntimos);

c) mapa geral de bens móveis abatidos, no valor total do abate de € 1.080,24 (mil e oitenta euros e vinte e quatro cêntimos);

d) mapa do ativo bruto reportado a trinta e um de dezembro de dois mil e dezassete, cujo saldo final é de € 64.928.786,75 (sessenta e quatro milhões e novecentos e vinte e oito mil e setecentos e oitenta e seis euros e setenta e cinco cêntimos);

e) mapa das imobilizações em curso em trinta e um de dezembro de dois mil e dezassete, cujo saldo final é de € 536.180,18 (quinhentos e trinta e seis mil e cento e oitenta euros e dezoito cêntimos);

f) mapa das amortizações e provisões reportado a trinta e um de dezembro de dois mil e dezassete, cujo saldo final é de € 34.525.616,64 (trinta e quatro milhões e quinhentos e vinte e cinco mil seiscentos e dezasseis euros e sessenta e quatro cêntimos).

Verificou-se ainda que o valor total das dívidas a terceiros (classe dois do POCAL) é de € 19.966.888,76 (dezanove milhões novecentos e sessenta e seis mil e oitocentos e oitenta e oito euros e setenta e seis cêntimos); que o valor total das dívidas de terceiros (classe dois do POCAL) é de € 229.727,08 (duzentos e vinte e nove mil e setecentos e vinte e sete euros e oito cêntimos); que o valor total das existências (classe três do POCAL) é de € 37.306,87 (trinta e sete mil trezentos e seis euros e oitenta e sete cêntimos) e que o valor total das disponibilidades (classe um do POCAL) é de € 288.401,63 (duzentos e oitenta e oito mil e quatrocentos e um euros e sessenta e três cêntimos) cujos documentos de suporte se encontram anexos aos documentos de prestação de contas.

Apreciado o presente documento, foi o mesmo submetido à votação, tendo sido deliberado por unanimidade, aprovar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais deste Município, referente ao ano de dois mil e dezassete, elaborado de acordo com o POCAL, bem como todos os documentos que o compõem e a respetiva avaliação, no valor líquido de € 30.403.170,11 (trinta milhões e quatrocentos e três mil e cento e setenta euros e onze cêntimos).

Foi ainda deliberado por unanimidade enviar o inventário à Assembleia Municipal para apreciação, conforme previsto na alínea 1) do n.º 1 do artigo 25.º do suprarreferido diploma. Esta deliberação foi aprovada por unanimidade, para produzir efeitos imediatos.

**PONTO 2 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTES AO ANO DE 2017, ACOMPANHADOS DA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS E DO PARECER SOBRE AS MESMAS, APRESENTADOS PELA SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS "BDO & ASSOCIADOS, SROC, LDA."**

Presentes os documentos de prestação de contas referentes ao ano de dois mil e dezassete, elaborados nos termos do Decreto-Lei n.º 59-A/99, de vinte e dois de fevereiro e da Resolução do Tribunal de Contas n.º 4/2001, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 191, de 18 de agosto de

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

CÂMARA MUNICIPAL

2018/04/19

2001, com as alterações posteriores, os quais são os seguintes, que se encontram integralmente elaborados, devidamente arquivados na Secção de Contabilidade da Divisão Administrativa e Financeira deste Município, onde estarão disponíveis para consulta quando para tal forem solicitados:

- ☐ balanço, o qual apresenta o ativo no valor líquido de € 31.722.359,45 (trinta e um milhões setecentos e vinte e dois mil e trezentos e cinquenta e nove euros e quarenta e cinco centimos); os fundos próprios no valor de € 11.509.439,55 (onze milhões e quinhentos e nove mil e quatrocentos e trinta e nove euros e cinquenta e cinco centimos) e o passivo no valor de € 20.212.919,90 (vinte milhões e duzentos e doze mil e novecentos e dezanove euros e noventa centimos);
- ☐ demonstração de resultados, a qual apresenta o valor de € 9.347.217,39 (nove milhões e trezentos e quarenta e sete mil e duzentos e dezassete euros e trinta e nove centimos) em custos e perdas e o valor de € 9.346.672,86 (nove milhões e trezentos e quarenta e seis mil e seiscentos e setenta e dois euros e oitenta e seis centimos) em proveitos e ganhos, apresentando um resultado líquido do exercício negativo de € 544,53 (quinhentos e quarenta e quatro euros e cinquenta e três centimos);
- ☐ plano plurianual de investimentos;
- ☐ orçamento (resumo);
- ☐ orçamento;
- ☐ controlo orçamental da despesa, o qual apresenta uma despesa paga no valor de € 14.766.947,42 (catorze milhões e setecentos e sessenta e seis mil e novecentos e quarenta e sete euros e quarenta e dois centimos);
- ☐ controlo orçamental da receita, o qual apresenta uma receita cobrada líquida no valor de € 14.781.987,70 (catorze milhões e setecentos e oitenta e um mil e novecentos e oitenta e sete euros e setenta centimos);
- ☐ execução do plano plurianual de investimentos, o qual apresenta um montante total executado no valor de € 1.147.225,27 (um milhão e cento e quarenta e sete mil e duzentos e vinte e cinco euros e vinte e sete centimos);
- ☐ fluxos de caixa: verificou-se que este documento apresenta um movimento orçamental de receita de € 14.614.227,09 (catorze milhões e seiscentos e catorze mil e duzentos e vinte e sete euros e nove centimos) acrescido do saldo da gerência anterior utilizado de € 167.760,61 (cento e sessenta e sete mil e setecentos e sessenta euros e quarenta e dois centimos) e de despesa de € 14.766.947,42 (catorze milhões e setecentos e sessenta e seis mil e novecentos e quarenta e sete euros e quarenta e dois centimos), acusando um saldo para a gerência seguinte de operações orçamentais

de € 15.040,28 (quinze mil e quarenta euros e vinte e oito cêntimos);

Verificou-se ainda em operações de tesouraria, um movimento de arrecadação de receitas no valor de € 668.821,53 (seiscentos e sessenta e oito mil e oitocentos e vinte e um euros e cinquenta e três cêntimos) e de entregas no valor de € 633.561,57 (seiscentos e trinta e três mil e quinhentos e sessenta e um euros e cinquenta e sete cêntimos), acusando um saldo para a gerência seguinte de € 273.361,35 (duzentos e setenta e três mil e trezentos e sessenta e um euros e trinta e cinco cêntimos);

☐contas de ordem, registando-se um movimento a débito e a crédito no valor de € 341.498,21 (trezentos e quarenta e um mil quatrocentos e noventa e oito euros e vinte e um cêntimos);

☐operações de tesouraria, cujo movimento foi de valor igual ao atrás mencionado;

☐caracterização da entidade;

☐notas ao balanço e à demonstração de resultados;

☐modificações ao orçamento - receita;

☐modificações ao orçamento - despesa;

☐modificações ao plano plurianual de investimentos e ao plano de atividades municipais;

☐contratação administrativa - situação dos contratos;

☐transferências correntes - despesa;

☐transferências de capital - despesa;

☐mapa dos subsídios concedidos;

☐transferências correntes - receita;

☐transferências de capital - receita;

☐empréstimos;

☐outras dívidas a terceiros;

☐relatório de gestão;

☐guia de remessa;

☐norma de controlo interno e suas alterações;

☐resumo diário de tesouraria do dia 29.12.2017, o qual apresente um saldo de operações orçamentais no montante de € 15 040,28 (quinze mil e quarenta euros e vinte e oito cêntimos);

☐síntese das reconciliações bancárias;

☐mapa dos fundos de maneio;

☐relação dos trabalhadores em acumulação de funções;

☐relação nominal de responsáveis;

☐anexo ao balanço com a demonstração anual do cumprimento do plano de saneamento financeiro em 2017;

☐declaração de responsabilidade;

☐quatro acordos de pagamentos celebrados em 2017, dos quais três sem encargos plurianuais;

• Mapa dos custos de funções;

☐anexos 1 e 2 à Resolução do Tribunal de Contas n° 6/2013 - Mapa das participações da entidade; e



**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

CÂMARA MUNICIPAL

2018/04/19

☐ anexo com a demonstração do cumprimento do limite da dívida total e da regra do equilíbrio corrente;

A Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira informou por escrito que não são apresentados os seguintes documentos:

☐ Mapa dos subsídios obtidos, por não terem sido recebidos quaisquer subsídios;

☐ Mapa dos ativos de rendimento fixo, por não ter havido qualquer movimento contabilístico referente a este tipo de aplicações financeiras;

☐ Mapa dos ativos de rendimento variável, por não ter havido movimento contabilístico referente a este tipo de aplicações financeiras;

☐ Relação de emolumentos notariais e custas de execuções fiscais, por não terem sido pagas quaisquer importâncias desta natureza;

☐ Relatório e contas das sociedades comerciais previstas no artigo 3º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, nas quais o Município exerça uma influência significativa, por não terem sido elaborados, uma vez que o Município não participa em entidades abrangidas pelo âmbito de aplicação da citada norma;

☐ Deliberações dos órgãos executivo e deliberativo, previstas no artigo 61º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, por não terem sido elaborados, uma vez que o Município não participa em entidades abrangidas pelo âmbito de aplicação da citada norma;

☐ Planos de integração ou internalização referidos no nº12 do artigo 62º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, por não terem sido elaborados, uma vez que o Município não participa em entidades abrangidas pelo âmbito de aplicação da citada norma;

☐ Mapa da alienação da totalidade ou de parte do capital social das empresas locais e de outras sociedades comerciais, por não existirem;

☐ Identificação das eventuais medidas adotadas no âmbito do artigo 65º da Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, por não terem sido elaborados, uma vez que o Município não participa em entidades abrangidas pelo âmbito de aplicação da citada norma.

Verificou-se que os presentes documentos vêm acompanhados da certificação legal das contas emitida em dezoito de abril corrente pela sociedade de revisores oficiais de contas "BDO & Associados, SROC, Lda.", cujo teor se dá aqui por integralmente reproduzido.

O **Senhor Presidente da Câmara**, em relação aos documentos da prestação de contas do ano de dois mil e dezassete, iniciou por agradecer ao todos os colaboradores da Divisão Administrativa e Financeiras que intervieram na sua

elaboração, pelo seu empenho e disponibilidade, para que sejam apresentados atempadamente.

Manifestou ainda ao Senhor Vice-Presidente o seu reconhecimento pela forma responsável como trata estes documentos.

Agradeceu aos Senhores Vereadores pela disponibilidade que tiveram para reunirem previamente com o Senhor Vice-Presidente, de modo a tomarem conhecimento da prestação de contas.

De seguida realçou os seguintes aspetos da prestação de contas:

1º a taxa de execução do orçamento, que foi de 84%, esperando que em 2018, seja de 85%;

2º o excesso da dívida total - que prejudica muito a Autarquia, em especial junto de outras entidades - baixou para € 139.000,00 e em março de 2018 já era de apenas € 29.000,00;

3º diminuição dos pagamentos em atraso;

4º redução da despesa corrente, em 2017, ano eleitoral, ao contrário do que é tendência em outros Municípios.

5º dependência do Município das transferências da administração (representam cerca de 70% da receita).

O **Senhor Presidente da Câmara** continuou dizendo o seguinte:

"Em termos de investimentos, em dois mil e dezassete, foi dado início à construção da Área Empresarial de Tarouca. Sabemos da importância que tem para o Concelho, pois só conseguiremos criar emprego se houver empreendedores.

Dentro de pouco tempo, será presente à reunião do Executivo a proposta com as condições de venda dos lotes.

Realço o início das obras de reabilitação do Parque de Alcáçima; a execução de redes de saneamento em lugares onde faltavam (Ameais, Candaíinho, Valverde).

Foram aprovadas as candidaturas para a reabilitação urbana (Tarouca e Ucanha) e os procedimentos de contratação pública terão início em breve.

Saliento que, muitas das obras executadas nas freguesias foram feitas pelos nossos funcionários, a quem eu deixo o meu bem-haja. São as obras mais necessárias e que vêm ao encontro das pessoas.

O meu agradecimento aos Senhores Presidentes da Junta de Freguesia pela colaboração prestada, sempre em parceria.

Realço também a parceria na área da educação, fruto da qual tivemos 0% de abandono escolar.

É muito importante que o docente dentro da sala faça o que tem a fazer, mas também é muito importante o que se faz fora da sala. É esse investimento que temos feito para as crianças. E, se repararmos, não ouvimos dizer que existam na escola situações desagradáveis.

Na saúde, já existe há muito tempo a coordenação da unidade móvel com o Centro de Saúde. A nossa enfermeira é acompanhada por uma técnica do Centro de saúde. Ainda esta

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

CÂMARA MUNICIPAL

2018/04/19

semana reuniremos com o Senhor Coordenador do Centro de Saúde para falarmos sobre algumas questões a melhorar.

Ação Social: continuamos a fazer as viagens para o Instituto Português de Oncologia. Não tinha noção do número de pessoas que têm essa doença e estão a ser acompanhadas. Todos os dias nos aparece gente nova a pedir apoio. Penso que é um trabalho importante para o Executivo e todos nos devemos sentir satisfeitos por estarmos a dar o nosso contributo.

Por fim, realçar o movimento associativo: quase todas as semanas há atividades, com pequenos apoios da Autarquia, dando assim vida às povoações e ao Concelho."

O **Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo**, relativamente aos documentos de prestação de contas, começou por manifestar o seu sentimento de gratidão a todos os técnicos da Autarquia, que se empenharam na elaboração de prestação de contas de 2017, na pessoa da Chefe de Divisão da DAF, bem como a presença dos Senhores Vereadores Afonso Manuel Batista Dias e José Bruno Gouveia Cardoso, na reunião prévia de apresentação daqueles documentos, que se realizou às nove horas de hoje.

Disse que as contas da Autarquia se dividem em duas áreas: a orçamental e a patrimonial, fazendo uma grande diferença, pois enquanto a orçamental regista pagamentos e recebimentos, a patrimonial regista custos (faturas) e proveitos. Exemplificou com a situação de em determinado ano existir uma política de redução de gastos, e ao mesmo tempo, se pagar o que se deve, não se verificará uma redução da execução orçamental.

Continuou dizendo que a execução orçamental do ano findo, foi influenciada no seu valor pela renegociação do empréstimo do Plano de Saneamento Financeiro, ou seja, deduzido aquele valor, a execução orçamental um aumento de 3,6% em relação ao ano findo.

Salientou a execução das Grandes Opções do Plano de € 3 279 918 ( 62%) contra € 5 326 677 previstos e que o desvio verificado se deveu a seis projetos que apenas tiveram início no final de dois mil e dezassete ou em dois mil e dezoito: eficiência energética nos edifícios públicos; áreas de reabilitação urbana; cadastro das redes de águas e de esgotos ( procedimento parado por motivo de apresentação de recurso judicial) ; ampliação das redes de águas e esgotos ( aguarda análise das candidaturas); PROVERE (só em 2018 foi assinado o acordo de parceria, porque todos os membros da CIMDouro rejeitaram o primeiro valor oferecido)

Continuou salientando o aumento de 5% registado nos impostos indiretos; a taxa de execução da receita de 84%; o peso de 28% das despesas com pessoal, que seria de 43% se não tivesse sido efetuada a referida operação de substituição de dívida; o excesso de dívida diminuiu de cerca de cinco

milhões de euros em 2013 para € 139 000, sendo que em março passado será de € 29.000,00; a redução de 21,7% dos pagamentos em atraso; a redução do prazo médio de pagamentos ( PMP), que é determinado por uma fórmula sem lógica, onde os acordos de pagamentos entram como dívida, na totalidade. Se os acordos fossem expurgados desse cálculo, o PMP seria de cento e vinte dias.

O **Senhor Presidente da Câmara** salientou a importância de, na gestão de obras municipais, existir um equilíbrio entre a receita e a despesa.

O **Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo** continuou dizendo que, na área da contabilidade patrimonial: o exercício terminou com um resultado líquido equivalente a zero, ou seja, há um equilíbrio das contas; salientou a redução dos custos com fornecedores externos e com juros; o ligeiro aumento dos custos com pessoal, apesar do aumento da Remuneração Mínima Garantida e o aumento residual dos proveitos e ganhos provenientes da prestação de serviços, denotando que a autarquia continua a depender das transferências da administração central, realidade que dificilmente se conseguirá mudar.

Fez ainda uma breve apreciação do balanço, cuja estrutura se mantém, chamando a atenção para a redução das dívidas de curto prazo (18% da dívida total) e que o Município não perdeu uma única oportunidade de candidatura de investimentos.

Concluiu dizendo que os rácios de 2017 não devem ser objeto de grande reflexão, porque têm a influência da operação de substituição da dívida.

O **Senhor Vereador José Bruno Gouveia Cardoso** começou por agradecer a apresentar prévia dos documentos de prestação de contas efetuadas pelo Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo, que fez uma explicação detalhada dos mesmos. Disse que nas redes sociais várias vezes se tem falado da dívida da Autarquia e que o Partido Socialista, como partido responsável que é e face aos números agora apresentados, não tem intenção de tirar proveito dessa questão, tendo sugerido que na próxima Assembleia Municipal seja feita uma explicação sobre este assunto.

O **Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias** disse que, num contexto global, no ano dois mil e dezassete, e já o ano anterior, Portugal está na moda e hoje existe um sentimento de vaidade em ser Português, em ver o país a recuperar; as pessoas gostam de vir para cá; tudo isso é muito positivo e com certeza que o concelho de Tarouca aproveitará de algum deste embalo, o que a prestação de contas já demonstra um pouco.

Lembrou que foi na construção civil que a crise se fez sentir mais, sendo um setor que está a dar a volta, devendo, no entanto, ser criadas condições para que este clima positivo se mantenha no futuro.



**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

CÂMARA MUNICIPAL

2018/04/19

Agradeceu ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo o tempo dispendido com os vereadores da oposição, sobre a prestação de contas.

Salientou: a reorganização do dia-a-dia do Município, em termos financeiros, de modo a apresentar uma situação de equilíbrio; a renegociação da dívida do empréstimo de saneamento financeiro, medida que apoio e considerou boa, dando ao município uma folga para poder contrair outros encargos com projetos que permitam "alavancar" o concelho, pois ainda está um pouco parado, apesar de terem sido aproveitadas todas as oportunidades de candidatura, conforme disse o Senhor Vice-Presidente.

Conclui dizendo que oxalá essas oportunidades surjam, dará o seu apoio no que for preciso para chegar a bom porto, porque, de facto, os tempos são positivos e nesse sentido, podem contar consigo.

O **Senhor Presidente da Câmara** disse que registou com agrado as palavras dos Senhores Vereadores Afonso Manuel Batista Dias e José Bruno Gouveia Cardoso, e que aquilo que demonstram é que realmente este Executivo é uma equipa, pois quem tem a ganhar com isso são as pessoas.

Apreciados os mencionados documentos, foi deliberado por unanimidade:

☐ Aprovar, no uso da competência prevista na alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09, os documentos de prestação de contas referentes ao ano de dois mil e dezassete;

☐ Aprovar o relatório de gestão;

☐ Aprovar a proposta de aplicação do resultado líquido do exercício, constante do relatório de gestão, a submeter à aprovação da Assembleia Municipal, e que a seguir se transcreve na íntegra:

"De acordo com o definido no POCAL, o resultado líquido do exercício, deverá ter o seguinte tratamento:

"2.7.3.1. Aplicação aprovada pelo órgão deliberativo, mediante proposta fundamentada do órgão executivo.

2.7.3.2. No início de cada exercício, o resultado líquido do exercício anterior é transferido para a conta 59 "Resultados transitados".

Assim, em conformidade com o definido no POCAL, propõe-se que o resultado líquido do exercício de 2017, no valor de € 544,53 negativos, seja transferido para resultados transitados."

Foi ainda deliberado por unanimidade enviar os presentes documentos de prestação de contas à Assembleia Municipal para apreciação e votação, conforme previsto 1) do n.º 1 do artigo 25.º do referido Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

**PONTO 3 -1º RELATÓRIO SEMESTRAL SOBRE A EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO AJUSTADO - EMPRÉSTIMO DESTINADO A SANEAMENTO FINANCEIRO NO MONTANTE DE € 5.136.622,73, CONTRATADO EM 24.04.2017**

Presente o primeiro relatório semestral sobre a execução do Plano de saneamento ajustado, relativo ao empréstimo destinado a saneamento financeiro no montante de € 5.136.622,73, contratado em 24.04.2017.

Verificou-se que presente relatório respeita ao período de até trinta e um de dezembro de dois mil e dezassete.

O **Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo** propôs, após análise em conjunto a Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, e por razões de simplificação da recolha e análise de informação, que os relatórios semestrais de execução do plano de saneamento financeiro ajustado sejam apresentados relativamente ao 1º semestre (até 30.06) e 2º semestre (até 31.12) de cada ano, coincidindo com a prestação de contas, até 10 de agosto do mesmo ano e 10 de fevereiro do ano seguinte, respetivamente.

Disse que a ser aprovada a presente proposta, irá ser dado conhecimento da mesma à Direção-Geral das Autarquias Locais, tendo em vista obter a respetiva concordância.

Continuou dizendo que o conteúdo do presente relatório é similar ao que consta do anexo ao balanço de 2017 e que, em relação aos anteriores relatórios semestrais, foi alterado o modo de apresentação do grau de cumprimento das medidas, simplificando, muito embora na próxima apresentação se pretenda justificar em pormenor as diferenças verificadas e demonstrar o cumprimento das referidas medidas em termos de contabilidade patrimonial, cujos resultados traduzem uma redução na despesa corrente que, em termos orçamentais aumentou.

Concluiu, agradecendo aos serviços pelas dinâmicas de melhoria.

O **Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias** disse o seguinte:

"O plano de saneamento financeiro representa perante o País um ato de responsabilidade de quem estava e de quem veio depois para o Executivo.

O facto de a nossa Autarquia cumprir este acordo significa que o Município no seu todo e as pessoas que o representam conseguiram fazê-lo da melhor forma e dar-lhe bom nome na questão das obrigações assumidas. Até porque também lá ponho o meu nome e consigo sentir que cumpro, o que é de realçar, só demonstra esforço e trabalho e, neste sentido, trazendo grandeza ao Município."

O **Senhor Presidente da Câmara** disse que o plano de saneamento financeiro reflete o sentido de responsabilidade de todos os membros do Executivo.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

CÂMARA MUNICIPAL

2018/04/19

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar o primeiro relatório semestral sobre a execução do Plano de saneamento ajustado, relativo ao empréstimo destinado a saneamento financeiro no montante de € 5.136.622,73, contratado em 24.04.2017 com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Beira Douro, CRL, e com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Alto Douro, CRL, referente ao período de até 31.12.2017, e remeter o mesmo à Assembleia Municipal, para apreciação na próxima sessão, bem como aos membros do Governo competentes e à Direção-Geral das Autarquias Locais. Foi ainda deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo, sobre as datas de realização dos relatórios semestrais e dar conhecimento da mesma à Direção-Geral das Autarquias Locais, solicitando informação sobre se concorda com a mesma. Esta deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade para produzir efeitos imediatos.

**PONTO 4 - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS OU A SUA REPROGRAMAÇÃO - INFORMAÇÃO RESPEITANTE AO PERÍODO DE 10.02.2018 A 16.04.2018**

Presente a informação do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

**"AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS OU A SUA REPROGRAMAÇÃO**

**INFORMAÇÃO REFERENTE AO PERÍODO DE 10.02.2018 a 16.04.2018**

Para efeitos de cumprimento da obrigação de informação à Assembleia Municipal sobre os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização genérica concedida por deliberação daquele órgão datada de 15.12.2017, aquando da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2018, junto se anexa a respetiva lista, até 16.04.2018, cujos valores são os seguintes:

Período de 10.02.2018 A 16.04.2018		
Ano	Valor do Período	Valor Acumulado desde 2018.01.01
2019	198.639,48	474.070,33 €
2020	175.722,14€	404.167,00 €
2021	76.268,72€	292.268,72 €
	<b>450.680,34 €</b>	<b>1.170.506,05 €</b>

Paços do Município, 16.04.2018

O Presidente da Câmara,  
a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Foi deliberado por unanimidade aprovar a presente informação e remeter a mesma à Assembleia Municipal para conhecimento. Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

**PONTO 5 - NOMEAÇÃO DA SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS "BDO & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES DE E CONTAS, LDA", COMO AUDITORA EXTERNA RESPONSÁVEL PELA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS**

Presente a proposta do **Senhor Presidente da Câmara**, que a seguir se transcreve na íntegra:

**"NOMEAÇÃO DA SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, "BDO & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES DE CONTAS, LDA", COMO AUDITORA EXTERNA RESPONSÁVEL PELA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 76° E 77° DA LEI N° 73/2013, DE 03.09, PARA OS ANOS DE 2018 E 2019**

**PROPOSTA**

De acordo com o n°1 do artigo 76° da Lei n° 73/2013, de 3 de setembro, os documentos de prestação de contas do Município (obrigado à adoção de contabilidade patrimonial) são remetidos ao órgão deliberativo para apreciação, juntamente com a certificação legal de contas e o parecer sobre as mesmas, apresentado pelo revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas.

O auditor externo, responsável pela certificação legal de contas, é nomeado por deliberação do órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo, de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas (n°1 do artigo 77°).

Neste contexto legal, pretende-se manter a prestação destes serviços, nos anos de 2018 e 2019, a cargo da sociedade "BDO & Associados, Sociedade de Revisores de Contas, Lda", com sede em Lisboa, pelo valor máximo de € 15 000,00, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Assim,

**Proponho** a V. Excias que esta Câmara Municipal no uso da competência prevista no n° 2 do artigo 77° da Lei n° 73/2013, de 3.09, delibere propor à Assembleia Municipal a nomeação da sociedade de revisores oficiais de contas, "BDO & Associados, Sociedade de Revisores de Contas, Lda", com sede em Lisboa, como auditora externa responsável pela certificação legal de contas, nos termos dos artigos 76° e 77° da Lei n° 73/2013, de 03.09, nos anos de 2018 e 2019.

Anexo: BDO - Relatório de transparência de 2017

Paços do Município, 10 de abril de 2018

O Presidente da Câmara,  
a)Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor **Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo** informou que estão satisfeitos com o trabalho dos revisores oficiais de contas, que têm apresentado sugestões de alteração de procedimentos, com responsabilidade e ajudando na resolução





Fl. **007**  
*[Signature]*

## MUNICÍPIO DE TAROUCA

CÂMARA MUNICIPAL

2018/04/19

de questões na área financeira, permitindo assim melhoria na qualidade da prestação de contas apresentada.

O **Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias** perguntou se não é necessário efetuar um procedimento prévio de contratação, ao que o **Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo** informou que sim e que irá ser realizado com consulta a uma entidade, conforme permite o Código dos Contratos Públicos.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e propor à Assembleia Municipal a nomeação da sociedade de revisores oficiais de contas, "BDO & Associados, Sociedade de Revisores de Contas, Lda", com sede em Lisboa, como auditora externa responsável pela certificação legal de contas, nos termos dos artigos 76º e 77º da Lei nº 73/2013, de 03.09, nos anos de 2018 e 2019.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

### **PONTO 6 - EMPREITADA DE "CONSTRUÇÃO DO PARQUE RIBEIRINHO DE TAROUCA E DE REGENERAÇÃO DA ZONA RIBEIRINHA DE UCANHA, NO ÂMBITO DOS PLANOS DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (PARU)" - PROPOSTA DE ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO**

Presente a proposta do **Senhor Presidente da Câmara** que a seguir se transcreve na íntegra:

**"EMPREITADA DE "CONSTRUÇÃO DO PARQUE RIBEIRINHO DE TAROUCA E DE REGENERAÇÃO DA ZONA RIBEIRINHA DE UCANHA, NO ÂMBITO DOS PLANOS DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (PARU)"**

#### **PROPOSTA**

Considerando que:

a) o Município candidatou ao Programa Operacional Regional do Norte a execução das empreitadas de "Construção do Parque Ribeirinho de Tarouca" e de "Regeneração da Zona Ribeirinha de Ucanha", no âmbito dos Planos de Ação de Regeneração Urbana (PARU), tendo os respetivos termos de aceitação sido assinados em fevereiro findo;

b) estas empreitadas estão previstas no Plano Plurianual de Investimentos para 2018, **proponho** a V. Exas que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea f) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09:

1º autorizar a contratação da execução da empreitada de "Construção do Parque Ribeirinho de Tarouca e de Regeneração da Zona Ribeirinha de Ucanha, no âmbito dos Planos de Ação de Regeneração Urbana (PARU)" e a realização da respetiva despesa (artigo 36º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29.01, alterado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto);

2º aprovar os respetivos projetos, caderno de encargos e orçamentos, em anexo à presente proposta, no valor de:

• Lote 1: "Construção do Parque Ribeirinho de Tarouca - € 700.659,56;

• Lote 2: "Regeneração da zona Ribeirinha de Ucanha" - € 136.775,93;

Estes valores são estimados com base em custos médios unitários de prestações do mesmo tipo em anteriores procedimentos e bem assim como, com base em preços atualizados de mercado;

3° abrir **CONCURSO PÚBLICO** para adjudicação da empreitada, cujo preço base será de € 837.435,49, procedimento escolhido ao abrigo da alínea b) do artigo 19° do Código dos Contratos Públicos (o valor do contrato a celebrar é inferior ao valor referido na alínea a) do n.º 3 do artigo 474° do CCP: € 5.225.000,00);

4° aprovar os respetivos anúncio e programa de concurso, em anexo à presente proposta;

5° aprovar a seguinte composição do júri do procedimento:  
Presidente - Paulo Jorge Ribeiro Pimenta, Chefe de Divisão da DOM;

Vogais efetivos - Luísa Maria de Sousa Teixeira Ramos, Chefe de Divisão da DAF e Vasco Manuel Guedes Teixeira, Técnico Superior;

Vogais suplentes - Carla Sofia da Silva Cardoso, Técnica Superior e Paulo Jorge Chaves Guedes, Técnico Superior.

6° delegar no júri, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 69° do Código dos Contratos Públicos, a competência para prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento.

Paços do Município, 12 de abril de 2018  
O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade, no uso da competência prevista na alínea f) do n.º 1 do artigo 33° do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09, aprovar a presente proposta e com fundamento na mesma:

1° autorizar a contratação da execução da empreitada de "Construção do Parque Ribeirinho de Tarouca e de Regeneração da Zona Ribeirinha de Ucanha, no âmbito dos Planos de Ação de Regeneração Urbana (PARU)" e a realização da respetiva despesa (artigo 36° do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29.01, alterado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto);

2° aprovar os respetivos projetos, caderno de encargos e orçamentos, em anexo à presente proposta, no valor de:

• Lote 1: "Construção do Parque Ribeirinho de Tarouca - € 700.659,56;

• Lote 2: "Regeneração da zona Ribeirinha de Ucanha" - € 136.775,93;

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

CÂMARA MUNICIPAL

2018/04/19

Estes valores são estimados com base em custos médios unitários de prestações do mesmo tipo em anteriores procedimentos e bem assim como, com base em preços atualizados de mercado;

3° abrir **CONCURSO PÚBLICO** para adjudicação da empreitada, cujo preço base será de € 837.435,49, procedimento escolhido ao abrigo da alínea b) do artigo 19° do Código dos Contratos Públicos (o valor do contrato a celebrar é inferior ao valor referido na alínea a) do n.º 3 do artigo 474° do CCP: € 5.225.000,00);

4° aprovar os respetivos anúncio e programa de concurso, em anexo à presente proposta;

5° aprovar a seguinte composição do júri do procedimento:  
Presidente - Paulo Jorge Ribeiro Pimenta, Chefe de Divisão da DOM;

Vogais efetivos - Luísa Maria de Sousa Teixeira Ramos, Chefe de Divisão da DAF e Vasco Manuel Guedes Teixeira, Técnico Superior;

Vogais suplentes - Carla Sofia da Silva Cardoso, Técnica Superior e Paulo Jorge Chaves Guedes, Técnico Superior.

6° delegar no júri, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 69° do Código dos Contratos Públicos, a competência para prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento.

**PONTO 7 - Isenção de taxas ao abrigo dos artigos 5° e 6° do Regulamento de Taxas Municipais, com tubos subterrâneos de condução de água para rega e outras similares - proposta de deliberação**

**PONTO 7 - ISENÇÃO DE TAXAS AO ABRIGO DOS ARTIGOS 5° E 6° DO REGULAMENTO DE TAXAS MUNICIPAIS, COM TUBOS SUBTERRÂNEOS DE CONDUÇÃO DE ÁGUA PARA REGA E OUTRAS SIMILARES - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO**

Presente a proposta da Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira, que a seguir se transcreve:

**"PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO**

**ISENÇÃO DE TAXAS AO ABRIGO DOS ARTIGOS 5° E 6° DO REGULAMENTO DE TAXAS MUNICIPAIS, COM TUBOS SUBTERRÂNEOS DE CONDUÇÃO DE ÁGUA PARA REGA E OUTRAS SIMILARES**

No âmbito da deliberação de 8 de maio de 2014, proponho à Câmara Municipal que se reconheça a continuidade da isenção das taxas devidas pela ocupação do espaço público com tubos subterrâneos de condução de água para rega, bem como, a pedidos similares, como exemplo, ocupação relativa a cargas e descargas, entre outros, ao abrigo dos artigos 5° e 6° do Regulamento de Taxas Municipais, tendo em conta a valorização da operação pelo interesse ao desenvolvimento económico, na área da atividade agrícola por se integrar numa das principais políticas defendidas para o

desenvolvimento do concelho, com efeitos na sequência da referida deliberação

Tarouca, 13 de abril de 2018

**A VEREADORA RESPONSÁVEL PELO PELOURO,**

(no uso de competência delegada pelo Presidente da Câmara em 25/10/2013)

a) Susana Cristina Dias Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e reconhecer a continuidade, no mandato autárquico de 2017-2021, da isenção das taxas devidas pela ocupação do espaço público com tubos subterrâneos de condução de água para rega, bem como, de pedidos similares, como exemplo, ocupação relativa a cargas e descargas, entre outros, ao abrigo dos artigos 5º e 6º do Regulamento de Taxas Municipais.

**PONTO 8 - OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO COM TUBO SUBTERRÂNEO DE CONDUÇÃO DE ÁGUA DE REGA - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO**

Presente a proposta da Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira, que a seguir se transcreve:

**"PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO**

**Processo n.º 155/17 - OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO COM TUBO SUBTERRÂNEO DE CONDUÇÃO DE ÁGUA DE REGA**

**Local: LUGAR DO SALGUEIRO - ESTRADA DE EIRA QUEIMADA - GOUVIÃES**

**Titular: DELFIM DOS SANTOS**

**ASSUNTO: EXECUÇÃO DAS OBRAS PELA CÂMARA MUNICIPAL**

Presente o requerimento n.º 1056/18, de 20/03/2018, em nome de DELFIM DOS SANTOS, residente em Quinta de São Bento - Eira Queimada, freguesia de união das freguesias de Gouveias e Ucanha, relativo ao pedido de realização dos trabalhos por concluir sobre a ocupação do espaço público com tubo subterrâneo para rega, solicitando que seja o município a concluir os trabalhos em falta.

No âmbito do pedido para a realização das obras em falta e para as obras de reposição do piso, nomeadamente, pavimentação a betuminoso, proponho à Câmara Municipal que a execução do mesmo, que consta do orçamento das obras a executar pelo interessado, seja executada pelo Município por conta daquele e nos termos solicitados pelo interessado, ao abrigo do disposto no artigo 181º do CPA, acionando a caução prestada no valor de 1649,61€.

Tarouca, 13 de abril de 2018

**A VEREADORA RESPONSÁVEL PELO PELOURO**

(no uso de competência delegada pelo Presidente da Câmara em 25/10/2013)

a) Susana Cristina Dias Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e executar a expensas do interessado, Delfim dos Santos, os trabalhos identificados no orçamento respetivo, acionando a caução prestada no valor de 1649,61€.

**PONTO 9 - ATRIBUIÇÃO DO PRÉMIO DR. JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS - LISTA DOS MELHORES ALUNOS DE 2016 /2017**





FL. 009

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

CÂMARA MUNICIPAL

2018/04/19

Presente o ofício número setenta e quatro, datado de vinte e um de março findo, remetido pelo Agrupamento de Escolas Dr. José Leite de Vasconcelos, enviando a lista dos melhores alunos do ano letivo de 2016/2017, para atribuição do prémio Dr. José Leite de Vasconcelos, cujo teor é o seguinte:

NOME	ANO
Beatriz Miguel Bernardo Pereira	4º
Bianca Moura Almeida	4º
Cláudia Cristina Almeida Bento	4º
Daniel da Costa Mesquita	4º
Filipa Costa Trindade	4º
Miguel Ye Liu	4º
Ricardo Costa Bento	4º
Rodrigo Melo Silva	4º
Rui Guilherme Santos Monteiro	4º
Samuel Teixeira Santos	4º
Tomás Cardoso Oliveira	4º
David Filipe Coelho Vieira	5º
Leonor Silva Fereira	5º
Margarida Carvalho Correia	5º
Margarida Ribeiro Loureiro	5º
Rúben Costa Maurício	5º
Vitor Ying	5º
Ana Carlota Mendes Gouveia	6º
Bernardo Miguel Borges Lino	6º
Eduardo Francisco Ferreira Castro	6º
Guilherme Mâncio dos Santos	6º
Gustavo Aguiar Guedes	6º
Juliana Ye Liu	6º
Laura Pereira Vingadas	6º
Maria Inês Vitorino Pereira	6º
Mariana Raquel Oliveira Silva	6º
Marta Sofia Cardoso Santos	6º
Pedro Alexandre Fernandes	6º
Tomás Carvalho Cardoso	6º
David Figueiredo Macovei	7º
Ana Maria Ribeiro Pinto	8º
Bruno Duarte Nascimento	8º
Joice Margarette Gouveia de Sá	8º
Margarida Silva Queirós	8º
Susana Alexandra Bento Teixeira	8º
Daniela Guedes Ildefonso	9º
Ana Beatriz Vitorino Pereira	10º
Inês Cristina Silva Gomes	11º
Abigail Mateus Costa	12º

Discutido o assunto, foi deliberado, após votação por escrutínio secreto, por unanimidade, no uso da competência

prevista na alínea b) do artigo 39º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09, atribuir o prémio José Leite de Vasconcelos, no valor unitário de € 125,00 (cento e vinte e cinco euros) aos alunos constantes da lista supratranscrita e autorizar a realização da respetiva despesa, no montante total de € 4 875 (quatro mil e oitocentos e setenta e cinco euros).

**PONTO 10 - APOIOS CONCEDIDOS A ENTIDADES E ORGANISMOS LEGALMENTE EXISTENTES, COM VISTA À PROSECUÇÃO DE OBRAS E EVENTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO, BEM COMO ÀS FREGUESIAS**

Presente a informação do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

**"Apoios concedidos a entidades e organismos legalmente existentes, com vista à prossecução de obras e eventos de interesse para o município, bem como às freguesias (alínea o) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09)**

**Período de 03.04.2018 a 16.04.2018**

Informação nos termos do nº 3 do artigo 35º do Anexo I à Lei nº75/2013, de 12 de setembro:

**❖ Junta de Freguesia da União das Freguesias de Gouveias e Ucanha**

Total: € 43,06

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção), para casa memoria José Leite Vasconcelos - Ucanha;

**❖ Freguesia da União das Freguesias de Tarouca e Dálvares**

Total:€ 253,13

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para a capela Mortuária de Valverde - Tarouca.

Tarouca, 17 de abril de 2018

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Foi tomado conhecimento e deliberado por unanimidade ratificar os apoios concedidos.

**PONTO 11 - APOIOS CONCEDIDOS PARA ATIVIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, EDUCATIVA, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO - INFORMAÇÃO**

Presente a informação do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

**Apoios concedidos para atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município (alínea u) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09)**

**Período de 03.04.2018 a 16.04.2018**

Informação nos termos do nº 3 do artigo 35º do Anexo I à Lei nº75/2013, de 12 de setembro:

**❖ Diocese de Lamego**

Total: € 450,18

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

CÂMARA MUNICIPAL

2018/04/19

Finalidade: Apoio em espécie (refeições) para XIII Festival Diocesano da Canção em Tarouca no dia 24 de março.

❖ **Associação Sócio Cultural de S. João de Tarouca**

Total: € 249,31

Finalidade: Apoio em espécie aquando da realização do Evento "Rota dos Moinhos de Cister".

❖ **Fábrica da Igreja Paroquial de Tarouca**

Total: € 93,95

Finalidade: Apoio em espécie (tochas) para a realização da Via Sacra na Semana Santa.

❖ **Clube de Lusitanos de Samedan - Suíça**

Total: € 516,85

Finalidade: Apoio em espécie (troféus) para as atividades da Associação.

❖ **Associação Desportiva Recreativa Tarouquense**

Total: € 645,75

Finalidade: Apoio em espécie (material publicitário) para as atividades da Associação.

Tarouca, 17 de abril de 2018

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Foi tomado conhecimento e deliberado por unanimidade ratificar os presentes apoios.

**PONTO 7 - RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA**

Presente o resumo diário da tesouraria número sessenta e sete, de dezoito de abril corrente, o qual apresenta um saldo de dotações orçamentais no montante de € 398.235,77 (trezentos e noventa e oito mil e duzentos e trinta e cinco euros e setenta e sete cêntimos) e um saldo de dotações não orçamentais no montante de € 272.826,28 (duzentos e setenta e dois mil e oitocentos e vinte e seis euros e vinte e oito cêntimos).

Foi tomado conhecimento.

**NOVOS FITADOS DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA - PEDIDO DE APOIO PARA A QUEIMA DAS FITAS 2018**

Presente um ofício sem data, remetido pelos Novos Fitados de Ciência de Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, solicitando apoio para a queima das fitas dois mil e dezoito.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade adquirir um espaço publicitário no valor de cem euros.

**NOVOS FITADOS DE MULTIMÉDIA, DESIGN DE COMUNICAÇÃO DO INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA DE COIMBRA - PEDIDO DE APOIO PARA A QUEIMA DAS FITAS 2018**

Presente um ofício sem data, remetido pelos Novos Fitados De Multimédia, Design de Comunicação do Instituto Superior Miguel Torga de Coimbra, solicitando apoio para a queima das fitas dois mil e dezoito.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade adquirir um espaço publicitário no valor de cem euros.

Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente da Câmara** declarou encerrada a reunião pelas doze horas, da qual se lavrou a presente ata.

E eu, *Luís Manuel Sousa Faria Raul*, Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, a subscrevi.

